

ENTRE BOATOS E DISCURSOS: A VISÃO DA CRIANÇA INDÍGENA PELOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA DA CIDADE DE PARINTINS/AM

Marlinéia da Silva Vieira¹

¹Universidade do Estado do Amazonas-UEA ; Liw_dona@hotmail.com

RESUMO:

Neste artigo problematizamos a compreensão que professores, coordenador e gestor de uma escola da cidade de Parintins/AM possui acerca da criança indígena no espaço escolar. A metodologia deste estudo amparou-se na pesquisa qualitativa e na fenomenologia, através da entrevista semiestruturada pudemos presenciar desafios, críticas e inclusive preconceito na fala de alguns dos sujeitos da pesquisa. Constatou-se que o maior obstáculo enfrentado pelas crianças indígenas está centrado no preconceito étnico, uma vez que, em muitos momentos o baixo rendimento das crianças indígenas era explicado por adjetivos morais tais como: “indisciplinadas”, “trabalhosas”, “desinteressadas” e até mesmo “preguiçosas”. A falta de ações por parte da escola estudada para atender as particularidades das crianças indígenas nos alerta para a necessidade da aplicação das leis vigentes sobre a educação indígena, e para a importância de projetos que promovam debates sobre a temática indígena visando combater à propagação de imagens estereotipadas e anacrônicas a respeito dos indígenas.

Palavras-chave: Crianças indígenas, Preconceito, Escola.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de somar às poucas reflexões envolvendo a questão indígena em contexto urbano, a pesquisa intitulada: Entre boatos e discursos: a visão da criança indígena pelos sujeitos de uma escola da cidade de Parintins/Am é decorrente do Programa de Iniciação Científica - PAIC e centrou-se em compreender por meio das falas dos sujeitos atuantes na escola estudada a visão que se tem das crianças indígenas e de como estas podem interferir no processo de interação à dinâmica escolar.

Para tanto buscamos dialogar com autores que contribuíssem e auxiliassem na compreensão do universo educacional indígena, bem como incluímos observações e os discursos do gestor, coordenador pedagógico e professores da escola estudada, onde procuramos mediar possíveis aproximações e distanciamentos entre a prática e o discurso no fazer destes profissionais da educação.

A escolha da instituição onde realizou-se este estudo se deu com base em dados fornecidos pelos órgãos responsáveis pela educação no município de Parintins/AM, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e ainda por

confirmação dos mesmos nas escolas. Optamos por omitir o nome da escola e dos profissionais que contribuíram com esta pesquisa de modo a dar máxima liberdade para se expressarem, pois pudemos perceber que em diálogos informais os profissionais entrevistados falavam mais abertamente sobre suas opiniões e que quando estavam respondendo as perguntas formalmente, se expressavam de uma forma mais cautelosa, deixando clara uma separação que a todo o momento ficou evidente nesta pesquisa, a saber, entre as suas práticas e os seus discursos.

Hoje os povos indígenas contam com o amparo das leis nacionais e internacionais que assegura uma educação escolar diferenciada, multicultural e bilíngue, entre as diretrizes encontra-se a Constituição Federal de 1988, a Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação-LDB, o Plano Nacional da Educação-PNE Lei 10.172, o Parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação, a Resolução nº 3/99 do Conselho Nacional de Educação, entre outros documentos. Quanto a isso nos indagamos, será que a afirmação de alguns direitos indígenas promoveu uma nova compreensão do indígena por parte da comunidade escolar?

DO INDÍGENA DA CIDADE EM PARINTINS

Localizada na região norte do Brasil à margem direita do Rio Amazonas Parintins possui uma população de aproximadamente 102.033 (cento e dois mil e trinta e três) habitantes segundo o CENSO 2010. Depois da capital Manaus é o município mais populoso do Estado do Amazonas.

A partir da década de 1990 a cidade de Parintins passa a ser amplamente conhecida no país e fora dele por uma festa que realiza anualmente, o Festival Folclórico de Parintins, realizado todo último final de semana do mês de junho, com a apresentação dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso. Ao utilizar-se do imaginário e da cultura indígena e do caboclo para mostrar através da arte as crenças, os mitos, as lendas e os costumes dos povos indígenas que aqui se encontram, à primeira vista, o Festival, pode parecer retratar um envolvimento da cidade com a questão indígena, mas na verdade a temática indígena tem aparecido apenas em manifestações artísticas e culturais e pouco discutida quando falamos em direitos humanos, o que nos mostra a grande divergência entre as diretrizes legais e sua efetivação no cotidiano dos povos indígenas.

A CRIANÇA INDÍGENA VISTA PELA GESTORA, COORDENADORA PEDAGÓGICA E PROFESSORES.

No decorrer da pesquisa percebemos que as crianças indígenas são reconhecidas como um problema a ser enfrentado pela escola, pois ao iniciarmos logo ouvimos a seguinte frase: “Índio,

índio não tem outra hora para falar de índio?”. Esta fala deixou antever a tentativa de ignorar e silenciar a cultura indígena na escola, um espaço que em sua origem tem o dever de ser um lugar de possibilidades, igualdade e de respeito às diversidades culturais. Quando solicitada para responder o questionário a gestora logo interroga sobre o título inicial desta pesquisa dizendo: “[...] *As barreiras enfrentadas pelas crianças indígenas, vocês poderiam mudar o título da pesquisa para: As barreiras enfrentadas pela escola em trabalhar com as crianças indígenas [...]*”

A gestora da escola deixa claro em sua fala a grande dificuldade que a instituição possui em trabalhar com as crianças indígenas, quando perguntada sobre quais seriam as barreiras que a escola enfrenta ao trabalhar com as crianças indígenas a mesma relata que a primeira delas seria a falta de apoio dos órgãos responsáveis pela assistência indígena da cidade de Parintins:

[...] parece que essas crianças quando saem das comunidades deixam de ser índios, ficam a mercê [...] um dia uma garota índia passou mal na sala de aula, desmaiou e não conseguimos encontrar os pais, aí chamamos tudo que é “SAI”, CASAI, SESAI, FUNAI, ninguém veio, a garota ficou um tempão jogada aí no chão e a gente sem saber o que fazer, eles tem esses órgãos que dão assistência a eles, mas parece que não tão nem aí [...]

O relato evidencia uma dentre muitas lutas dos povos indígenas por assistência tanto na área da saúde, moradia e educação, fazendo parte de um grande desafio que é o de fazer valer na prática os direitos por eles conquistados. Isto porque percebemos que o discurso de assistência, valorização e de respeito à diversidade apresentado pela Constituição e por diversos outros documentos que tratam dos direitos indígenas parece não se inserir no espaço urbano.

Outra barreira apontada refere-se à ausência dos pais das crianças e adolescentes indígenas no acompanhamento das atividades escolares, um fator que segundo a gestora implica negativamente no desenvolvimento das crianças, *“tem um ou dois pais que se preocupam com a vida escolar do filho, o resto só faz empurrar para vê se eles vêm para a escola”*.

A participação da família na vida escolar dos filhos é sem dúvida um elo importante no desenvolvimento do processo educacional dos mesmos. Contudo, a falta de tempo dos pais para com os filhos não pode ser atribuída apenas às famílias indígenas, pois observamos que as maiorias das famílias dos não indígenas pouco participam do acompanhamento de seus filhos na escola.

Ao ingressarem na escola urbana as regras impostas sobre as crianças indígenas passam a entrar em conflito com a liberdade que é dada no seio familiar, muitas vezes por não aceitarem o estado de dominação vão sendo limitadas, sujeitas a obedecer, por resistirem a essa posição tornam-se crianças indesejadas na instituição sendo consideradas indisciplinadas.

A escola, portanto, desconhecendo a cultura das crianças indígenas acaba por atribuir à família a causa do rendimento considerado insuficiente dos alunos indígenas quando comparados aos não indígenas, conforme fala a gestora, [...] *o desenvolvimento dessas crianças é baixo, porque elas não têm o acompanhamento em casa, a família não ajuda [...]*

A gestora assente ainda,

[...] eles são desatentos, quando estão em sala estão em outro mundo que não é deles. Então a aprendizagem pra eles não é significativa, a aprendizagem deles no interior é significativa, mas aqui nem tanto, porque se tivesse uma árvore pra ele está lá em cima seria significativa, estaria pensando como faria para saltar de um galho pro outro, como ia pescar, ele desperta outros interesses.

É interessante mostrar as palavras da gestora quando diz: “[...] *quando pega numa matemática, português o índice deles não é como dos outros [...]*”. Com essas palavras a gestora faz uma comparação entre os alunos indígenas e os não indígenas, mostrando assim as “diferenças” entre elas, mas o que percebemos através das observações a respeito dessa questão é que os alunos não indígenas também enfrentam dificuldade nas mesmas disciplinas, portanto, não estamos falando de um problema relacionado apenas aos estudantes indígenas. Para Freire (2009 p.113) “A escola reforça esta posição na medida em que não reflete sobre suas práticas e atribui à identidade cultural responsabilidade pelo insucesso, considerando a diferença como obstáculo no processo de aprendizagem”.

Em entrevista com a coordenadora pedagógica da escola pudemos perceber algumas similaridades e divergências com relação à visão da gestora sobre as crianças indígena. Um exemplo seria acerca do desenvolvimento e a interação das mesmas na sala de aula:

Eles são muito trabalhosos, porque eles não se relacionam com as crianças ditas não índias. Elas são muito fechadas, são muito caladas, não tem aquele entrosamento, elas não se relacionam com facilidade, elas não conversam muito. Só se elas gostarem de ti também, se eles não te acharem interessante, não forem com a tua cara, tu pode morrer de perguntar lá no lado. Eles são assim sei lá, mas o desenvolvimento deles é bom dá pra trabalhar.

Analisando o discurso com as observações realizadas em sala de aula podemos dizer sem dúvidas que dentro dos critérios de avaliação de rendimento escolar as crianças indígenas na maioria dos casos não são bem avaliadas. Para os casos que a coordenadora identifica desta maneira a mesma argumenta: “[...] *eles não tem a escola como uma necessidade, eles não tem o interesse de*

vim para a escola [...] pelo menos esses daqui (aponta), eu não vejo aquela importância devida [...]”.

O desinteresse apontado pela coordenadora pode ser entendido com Freire (2009, p.116) que explana que os indígenas buscam construir um mecanismo de defesa para lidar com essas expectativas, procurando fazerem-se apagados, ausentes e silenciosos. Este fato, em nossa análise, está associado mais ao significado da escola para essas populações do que a um descaso e/ou irresponsabilidade por parte dos mesmos.

Em conversa informal com a coordenadora pedagógica, semelhante a visão da gestora, a mesma comenta que não sabe o porquê das crianças indígenas saírem de suas comunidades sendo que *“lá elas podem ter uma educação escolar com base na sua educação tradicional e vem para a cidade onde tudo é complicado para eles”*. Comenta ainda que o forte fluxo de migração das famílias Satere-Mawe, etnia predominante na cidade de Parintins, é quase sem motivo, pois os indígenas que moram nas comunidades tem toda assistência necessária. Ressaltamos que, por mais que tenham *“toda assistência necessária”* como relata a coordenadora, nas comunidades ainda prevalece a pobreza como também doenças que muitas vezes só o branco pode curar, o que faz com que muitos indígenas que não conseguem ser alcançados pelos benefícios das leis procurem assistência e melhorias no espaço urbano.

Com relação a educação recebida nas comunidades a coordenadora explica: *“Às vezes eu fico pensando nessa educação, parece assim que não é igual a nossa, eles não entendem igual a nós, então há um desinteresse total, tão lá (na sala de aula) por está”*. A ideia de que os estudantes indígenas *“não entendem como nós”* traz a tona uma visão distorcida e preconceituosa a respeito do processo educacional das crianças, será que o indígena não é capaz de aprender como qualquer outra criança dita não índia? Ou será que o modo de ensinar a essas crianças é que não está sendo eficaz, fazendo com que não tenham um bom desenvolvimento? Para a coordenadora pedagógica uma das maiores preocupações quando se trata de educação indígena, vem a ser o distanciamento existente entre os professores e a cultura indígena

[...] eu vejo professores que não sabem trabalhar, até porque eles não fazem nenhuma capacitação, apesar da secretaria fornecer muitos cursos, mas eles não falam de educação indígena, nem de educação para crianças com necessidades educacionais especiais, são para crianças como se todas fossem ditas normais, há muitos jogos, mas parece que o indígena não foi incluído [...]

Vimos que a coordenadora reconhece a grande dificuldade em lidar com a diversidade cultural, e a escola que deveria ser um ambiente acolhedor e socializador muitas vezes se transforma em um espaço que proporciona desigualdade e diferenças.

Diferentemente da gestora e da coordenadora, é o professor que no dia a dia na escola possui maior contato com a criança indígena, mas o que se percebeu que o professor desconhece o vocabulário da língua Satere-Mawe e a criança indígena que é iniciante na alfabetização da Língua Portuguesa entrará em conflito entre sua língua materna e a nova língua ensinada pelo professor na escola. Esse conflito é explicitado na fala na Professora (1): “Logo no início eu não entendia nada do que elas diziam, agora que já entendo um pouco” e da Professora (2): “no começo, quando ela começava a falar tinha umas palavras que era indígena, aí os colegas começavam a falar: professora ela falou uma palavra estranha! Ela ficava assim constrangida [...]”.

Para os professores compreenderem a língua Satere-Mawe falada pelas crianças indígenas que vem direto das comunidades é um desafio, visto que, não possuem conhecimento nem formação bilíngue para que possam trabalhar e conduzir um ensino diferenciado, muitas vezes as crianças tem que buscarem por si próprias as estratégias de se comunicar com os outros. Eles relatam que as crianças indígenas que chegaram à escola com a língua materna evitam falar, ficam “mudas” dentro de sala, como também evitam serem identificadas como indígenas muitas delas passam a negar sua origem, como podemos observar na fala da professora1:

Sobre a cultura dela, ela não gosta de falar, porque no dia do índio eu tava comentando que todos nos somos descendentes de índios, aí eu perguntei pra ela se ela era descendente ela disse que não, mas eu sabia que ela era, aí depois eu expliquei que todos somos descendentes e que temos que preservar essa nossa cultura, não sei por que ela fez isso, acho que ela ficou com vergonha dos colegas dizerem: Ah tu é índia!, eu imaginei isso”

No que se refere à diversidade cultural o discurso dos professores é sempre a valorização e o respeito com o diferente, mas em muitos casos por não conhecerem as culturas indígenas que estão presentes dentro da escola faz com que muitos deles adquiram e transmitam práticas pedagógicas de exclusão no que se refere ao diferente e na tentativa de serem bem aceitos entre os demais “[...] a criança indígena acaba negando sua identidade com medo de discriminação ou preconceito” (URQUIZA; VIEIRA, 2012, p.10). Manter uma relação que priorize a diversidade cultural das crianças indígenas existentes na escola se constitui uma grande barreira a ser enfrentada, pois exige um novo olhar para o que os professores da escola chamaram de baixo retorno dos mesmos.

Os professores, assim, como a gestora e a coordenadora, atribuem a falta da interação da criança indígena na escola um dos principais fatores a serem melhorados, conforme expõe a Professora (1) *“são elas que não se socializam, que não participam das aulas, possuem dificuldades em se relacionarem com os demais”* e Professora (2) *“Elas não são de se socializar, elas não buscam se inteirar com as outras crianças, elas se fecham para os colegas”*. A metodologia usada pelos professores é um fator que contribui de forma significativa para que o estudante indígena não participe e não interaja nas aulas, a mesma desperta pouco interesse no aluno indígena como também nos não indígenas.

As crianças indígenas são vistas como um problema a ser enfrentado pelos professores, consideradas *“preguiçosas”, “violentas” e “estranhas”*. Em uma conversa informal com a Professora (2) a mesma deixa claro que sente medo de trabalhar com as crianças, pois algumas delas apresentam comportamento violento dentro da sala, *“Tem um índio aqui que é violento, ele era bravo, violento, ele tentou dar um chute na outra criança [...] eu ficava assim, com medo, é difícil para gente trabalhar [...]”*.

Além disso, observamos que existe certo incomodo com a aparência de alguns indígenas que apareceu de forma generalizada na fala dos professores, conforme podemos observar na fala da Professora (2) a respeito de um aluno que usava lápis delineador para os olhos *“[...] ele era meio estranho, às vezes ele trazia coisas assim de se maquiuar, às vezes no recreio ele se maquiava, outra vez eu olhei na bolsa dele e ele tinha mesmo o estojo de maquiagem, ele disse que lá na tribo dele ele se maquia”*. Essa atitude não era aceita pelos agentes da escola, gerando por vezes, piadas e risos. Durante uma visita na secretaria da escola em uma roda de conversa o Professor (3) dirigiu-se a todos dizendo: *“[...] o cara já índio, depois já é índio EMO, o indígena que virou emo, cultura é isso ou você transforma ou é transformado”*. Dessa forma, pode-se observar na escola a existência de uma falta de compreensão com relação à atitude das crianças indígenas, Baniwa (2006, p.40) nos mostra que o fato das crianças indígenas *“Entrar e fazer parte da modernidade não significa abdicar de sua origem nem de suas tradições e modos de vida próprios [...]”*.

Como podemos observar a relação professor-aluno em sala de aula é uma relação que se apoia no medo e no preconceito. Então como cobrar mais interação das crianças indígenas se o professor é o primeiro a querer se afastar delas? Como poderá haver comunicação entre professor e alunos indígenas se o professor não compreende a língua e a cultura dos mesmos? Então torna-se mais fácil transferir a culpa pelo fracasso dos alunos indígenas a falta de apoio da família e de socialização das crianças na sala de aula.

Para que haja maior interação é necessário que a escola dê o primeiro passo, aprenda lidar com a diversidade cultural, criando um ambiente acolhedor e socializador que proporcione igualdade e respeito às diferenças culturais.

CONSIDERAÇÕES

Durante nosso percurso percebemos o quanto as pessoas evitam falar de índio e o quanto desconhecem sobre a cultura e as particularidades dos mesmos, nossas vivências nos mostraram que na tentativa de permanecerem inseridas no espaço escolar, as crianças indígenas estão criando mecanismos de defesa e resistência, que vem sendo interpretado de forma negativa nos levando a refletir que, enquanto a escola impõe sua cultura sobre as crianças, fazendo prevalecer aquilo que lhe é pertinente, está desvalorizando as variadas culturas e tentando transformar as crianças diferentes em iguais, “se existem línguas tão diferentes e culturas tão diversas, não é correto colocá-las no mesmo saco” (FREIRE, 2006, p.6).

Desta forma no decorrer deste estudo, constatamos que os sujeitos da pesquisa que atuam na escola não estão preparados para lidar com culturas diferentes, o que consideramos um ponto importante, pois é a porta de entrada para uma educação digna com qualidade e respeito não somente para crianças indígenas, mas para todos.

Entendemos que enquanto não houver o interesse em se formar conhecedores da cultura indígena, teremos nas instituições escolares crianças “invisíveis”, com medo de se expressarem e sofrerem com o que consideramos aqui a principal barreira ser enfrentada: o *pré-conceito*.

A construção de uma escola ideal para as crianças indígenas em contexto urbano ainda tem muitos caminhos a percorrer e batalhas para travar, pois sabemos que os problemas presentes na escola são diversos, mas ainda assim acreditamos e confiamos na construção de uma instituição que possibilite a valorização e a verdadeira socialização de saberes vendo o indígena como um povo que possui suas particularidades e que merecem ser respeitadas.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 85-98171-57-3 (coleção educação para Todos)

_____. **Educação Escolar Indígena no Brasil**: Avanços, Limites e Novas Perspectivas. 36ª Reunião Nacional da ANPed- , Goiânia-GO 2013

BERNAL, Roberto Jamillo. **Índios Urbanos**: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus/ Roberto Jaramilo Bernal; tradução de Evelyne Marie Therese Mainbourg- Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/ Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

CENSO 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiz. Acesso em: 24-11 2013

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.. Acesso em 29-08-20013.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. In: **O saber construído a partir de nós**. Caderno CENESCH, nº 01, Manaus: CENESCH Publicações, set. 2000.

MUBARAC SOBRINHO, Roberto Sanches. **Vozes Infantis**: as culturas das crianças Sateré-Mawé como elementos de (des) encontros com as culturas da escola. Florianópolis-SC: UFSC, 2009. (Tese de Doutorado em Educação).

_____. **Vozes Infantis**: as culturas das crianças escolares como elementos de (dês) encontros com as culturas das crianças Sateré-Mawé. Manaus: Editora Valer, Fapeam, 2011.

VENERE, Mario Roberto & VELANGA, Carmen Tereza. A criança indígena e a educação infantil: as complexas relações entre a cultura e a escola na cidade. Campo Grande – MS, **Tellus**, ano 8, n. 15, p. 175-191, jul./dez. 2008

VIEIRA, Carlos Magno Naglis; URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera. **Educação Escolar e os Índios Urbanos de Campo Grande/MS**: Considerações Preliminares sobre as Práticas de Ensino nas Escolas. - Campinas - 2012

VIEIRA, Carlos Magno Naglis. **A criança indígena no espaço escolar de Campo Grade/MS**. Disponível em: <http://www.rededesaberes.org> Acesso em: 04-11-13.